

MANDATO EM REVISTA

SENADORA LEILA DO VÔLEI

TERCEIRO ANO • 2021

A voz das mulheres

*Procuradora da Mulher no Senado,
Leila é autora da Lei do Stalking*

Prêmio Congresso em Foco

Júri especializado escolhe Leila como um dos melhores do Senado

Na luta pelo esporte

Após Olimpíada, Leila cobra Plano Nacional do Desporto

R\$ 115 milhões

Saúde, educação, assistência social e esporte são prioridades

Na defesa do DF

“É preciso passar a limpo a corrupção na saúde”

Mandato eficiente

Leila economiza 100% da verba e aprova 11 leis



ÍNDICE

Palavra da Senadora	04
Entrevista	06
Mandato econômico e produtivo	08
Emendas	10
Leis da Leila do Vôlei	12
Combate à covid-19	14
Pelas mulheres	16
Pela educação	20
Pelo esporte	22
Pelo DF	24
Posicionamentos	26
Povo fala	28
Teste seus conhecimentos	30

EXPEDIENTE

Editora: Senado Federal

Edição: Felipe Linhares

Reportagem: Nara Alves,
Roberto Homem e Stefany Sales

Revisão: Laercio José Franzon,
Marco Aurélio de Souza Couto,
Mariana Sanmartin de Mello e
Paulo Domingues

Projeto gráfico e diagramação:
Daniel Lavenere



PALAVRA DA SENADORA

Ao mesmo tempo em que vejo a chegada de 2022 com esperança, fé e determinação, me despeço de 2021 com um misto de luto, saudade e dor pelos que partiram. A sensação é de alívio por constatar que o pior da pandemia passou. Mas ainda sinto um aperto no peito por entender que muitas das mortes provocadas pela covid-19 poderiam ter sido evitadas se o governo federal, ao invés de incentivar o uso de medicamentos ineficazes e se opor às recomendações das autoridades sanitárias, tivesse agilizado a aquisição de vacinas e coordenado o enfrentamento à crise.

Como isso não foi feito, nossas perdas foram enormes. Dessa forma, 2022 chega com a marca da reconstrução. A missão é árdua, porque há muito o que se fazer. Mas não faltará coragem nem disposição para trabalhar na busca de reduzir o desemprego, que continua em patamar alarmante, e enfrentar a questão da fome e da miséria. Os reflexos do empobrecimento da população já podem ser percebidos nas vias das principais cidades. O Brasil precisa de uma rede de proteção social que ampare nossos irmãos nos momentos mais críticos.

A situação no Distrito Federal também é dramática. Em plena pandemia, tivemos o dissabor de assistir à cúpula da Secretaria de Saúde do GDF ser presa sob suspeita de superfaturamento na compra de testes de Covid-19. Houve um aprofundamento das desigualdades sob a atual gestão e um sucateamento dos serviços públicos. A pobreza e a miséria podem ser vistas nas ruas da

capital do país. Da minha trincheira no Senado Federal, farei o que for possível para ajudar a nossa capital a superar esse momento tão difícil.

Se a lista do que fazer internamente é grande, devemos também nos preocupar com a maneira como o mundo está nos enxergando, sobretudo no que diz respeito à forma como estamos tratando o meio ambiente. O planeta vive um momento crítico: segundo os cientistas, o aquecimento global está no limite. Ou há uma redução drástica, ainda nesta década, na emissão dos gases que provocam o efeito estufa ou a situação poderá se tornar irreversível. O Brasil tem tudo para se tornar protagonista nessa campanha de salvação do planeta. Para isso, temos de combater com firmeza o desmatamento ilegal e proteger nossos biomas, além de promover alterações no modelo agropecuário.

Também devem fazer parte das prioridades sobre as quais temos de nos debruçar a recuperação da educação e a luta pela garantia dos direitos das mulheres e dos trabalhadores. Estamos diante de uma conjuntura em que atitudes reacionárias estão ameaçando conquistas civilizatórias. Vozes do obscurantismo trabalham para devolver o nosso país ao atraso. Não podemos permitir. Quando os valores de uma sociedade se veem sob ataque, é necessário que aqueles que se opõem ao radicalismo se unam para repelir as tentativas de retrocesso. Tenho a convicção de que 2022 será o ano de uma importante virada.

Leila Sarra

PRONUNCIAMENTO SENADORA LEILA SARRA NO
LANÇAMENTO DO PLANO DE EQUIDADE DE GÊNERO E
RAÇA DO SENADO FEDERAL

Bom dia, a todos e todas
Senadora Leila Sarra
Senado Federal

ENTREVISTA — SENADORA LEILA BARROS

A senadora Leila Barros foi escolhida pelo júri especializado do Prêmio Congresso em Foco como a melhor senadora do Distrito Federal em 2021 e a sua atuação foi classificada como uma das cinco melhores, dentre todos os 81 senadores. Nesta entrevista, ela faz uma retrospectiva do ano e presta contas do seu mandato.

A covid-19 matou centenas de milhares de brasileiros, deixou vários órfãos e muitos recuperados que enfrentam sequelas até hoje. Onde acertamos e o que fizemos de errado no combate à pandemia?

Leila – A CPI do Senado demonstrou que o maior responsável pelo descontrole da pandemia no Brasil foi o governo federal. Desde o início, o Palácio do Planalto deu preferência à busca de soluções mágicas, em detrimento das recomendações do seu próprio Ministério da Saúde. Perdeu-se muito tempo apostando em medidas ineficazes, como o tratamento precoce e a imunidade de rebanho, ao invés de acelerar a compra das vacinas. Por questões políticas, a União se eximiu da responsabilidade de assumir a coordenação nacional do combate ao coronavírus. O que se viu foi o presidente da República atacar governadores que acertadamente adotaram as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde de exigir o uso de máscaras e promover o distanciamento social. A distribuição do Auxílio Emergencial – que teve o valor aumentado pelo Congresso – e a abertura de linhas de crédito para socorrer as micro e pequenas empresas foram decisões de grande impacto positivo para minimizar os enormes prejuízos causados pela crise sanitária. Ficou evidente a necessidade de construirmos uma rede de proteção social efetiva para socorrer emergencialmente aqueles que perdem provisoriamente as condições mínimas de sobrevivência em momentos de crise. A pandemia também comprovou o valor dos cientistas e dos médicos. Não há mais espaço para curandeirismo e poções mágicas. No caso específico do Brasil, ficou clara a importância de fortalecermos o nosso SUS.

Como a senhora avalia a condução da crise sanitária pelas autoridades do Distrito Federal?

Leila – Lamentavelmente, o combate à pandemia aqui no Distrito Federal foi marcado por escândalos, que, inclusive, levaram a cúpula da Secretaria de Saúde à prisão. A operação Falso Negativo, comandada pelo Ministério Público, desvendou um grande esquema de compras superfaturadas. As acusações incluem fraude em licitação, organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro e, também, crime contra a ordem econômica. Escândalos à parte, não foram poucas as denúncias e reclamações da população com relação ao sucateamento da saúde na capital do país. Muitas queixas foram de falta de leitos, de equipamentos e de insumos.

Quais as suas expectativas e prioridades para o ano de 2022?

Leila – Acredito que 2022 será um ano de mais trabalho ainda, pois temos um país que precisa ser reconstruído. Estamos vivendo um momento político complicado. Conquistas históricas foram anuladas e continuam sendo ameaçadas. As mulheres e os trabalhadores têm recebido ataques contínuos em seus direitos. Vozes obscurantistas buscam devolver o nosso país ao atraso. A crise ambiental atinge proporções dramáticas. O Brasil é um importante ator na luta para evitar o colapso. Mas para isso temos de cuidar também de outras questões emergenciais, como o controle da inflação, a proteção aos que voltaram a enfrentar os flagelos da miséria e da fome, e a geração de emprego e renda. A educação, a saúde e a segurança também não podem ser relegadas a segundo plano. Enfim, a pauta é extensa e precisamos da união de esforços para enfrentá-la.

Trocar o PSB pelo Cidadania teve o objetivo de viabilizar o seu futuro eleitoral?

Leila – Não me desfiliei do PSB e ingressei no Cidadania por questões eleitorais, mas por razões estritamente políticas. Assumi o compromisso com o eleitor do Distrito Federal de desempenhar da melhor maneira possível as atribuições do cargo. Cheguei à conclusão de que a troca de partido me daria melhores condições para potencializar o meu trabalho como senadora. Em vez de pensar em futuras candidaturas, quero defender o povo, ideias e valores.

A sua atuação em 2021 foi escolhida pelo júri especializado do Prêmio Congresso em Foco como uma das cinco melhores do Senado. Como a senhora recebeu este resultado?

Leila – O Prêmio Congresso em Foco é quase que um “Oscar” da política nacional. Fui premiada por um júri profissional que analisou critérios concretos, como produção legislativa, combate à corrupção, economia dos recursos públicos, defesa da democracia e do desenvolvimento sustentável, participação ativa nas sessões e nos debates do Congresso e capacidade de articulação. O anúncio do resultado me deixou com a sensação de que estou no caminho certo, cumprindo com muito trabalho e de forma responsável o mandato que a população do Distrito Federal me confiou.

Uma das prioridades do seu mandato é a defesa e a valorização das mulheres. O que a senhora tem feito para cumprir essa proposta de campanha?

Leila – Em três anos de mandato, participei diretamente da aprovação de 11 novas leis. Três delas como autora e oito como relatora. Várias dessas proposições – todas já em vigor – têm a proteção da mulher como foco principal. A Lei 14.132/21, por exemplo, de minha autoria, transformou em crime a prática do *stalking*. Sabemos que, em parte significativa das vezes, uma perseguição inicial termina evoluindo para agressão física ou até mesmo assassinato. Como relatora, contribuí para vários aprimoramentos na Lei Maria da Penha. A Lei 13.827/19 facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica ou familiar. A Lei 13.880/19 determina a apreensão imediata de armas de fogo em posse de agressores. A Lei 14.069/20 cria o Cadastro Nacional de Estupradores. Em reconhecimento a essa atuação, em agosto fui conduzida ao cargo de Procuradora da Mulher no Senado. Desde então, tenho intensificado o trabalho na defesa dos interesses da mulher, sobretudo em áreas como combate à violência, saúde, bem-estar, justiça, trabalho, participação política e igualdade de gênero.

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

MANDATO ECONÔMICO E PRODUTIVO

Leila é autora de 92 proposições legislativas e uma das parlamentares mais econômicas do Congresso Nacional

Pelo terceiro ano consecutivo, a senadora Leila Barros economizou 100% da verba indenizatória. Com isso, ela se consolidou como uma das parlamentares mais econômicas do Congresso Nacional, tendo poupado sozinha R\$ 1.150.699,16. O montante é formado por privilégios concedidos aos senadores e que Leila abriu mão desde o primeiro dia de mandato em 2019.

A economia do mandato, aliada à produtividade legislativa, fez com que Leila fosse escolhida pelo júri especializado do Prêmio Congresso em Foco como um dos cinco melhores senadores de 2021.

“Sem dúvida, o Prêmio Congresso em Foco é um estímulo a mais para continuarmos cumprindo nossas obrigações com responsabilidade e comprometimento.”

Com 92 proposições de sua autoria tramitando no Congresso Nacional, ela é autora de três leis já em vigor e sua capacidade de articulação política e participação nos debates contribuíram para a aprovação de diversos relatórios a projetos de leis, dentre os quais oito já foram aprovados pela Câmara e pelo Senado e sancionados pela Presidência da República.

Na avaliação feita pelo júri do Prêmio, os principais

critérios levados em consideração foram assiduidade em sessões deliberativas; participação nos debates do Parlamento; apresentação de propostas legislativas; capacidade de articulação política; combate à corrupção e uso consciente dos recursos públicos; defesa da democracia e do desenvolvimento sustentável.

Conheça as leis da senadora Leila na página 13

RESPONSABILIDADE E COERÊNCIA

Desde a campanha eleitoral em 2018, a senadora Leila destacou seu compromisso em fazer bom uso dos recursos públicos. Por isso, ela renunciou ao imóvel funcional, ao auxílio-mudança, ao passaporte diplomático e às verbas para transporte aéreo e outras despesas relacionadas à atividade parlamentar. Além disso, Leila dispensou a aposentadoria especial dos parlamentares.

Todo recurso economizado pelos congressistas fica à disposição do Senado e da Câmara dos Deputados, podendo ser utilizado em outras atividades relativas ao Poder Legislativo. Se, no fim do ano, os valores ainda estiverem disponíveis, a verba retorna à União para formar o orçamento do ano seguinte.

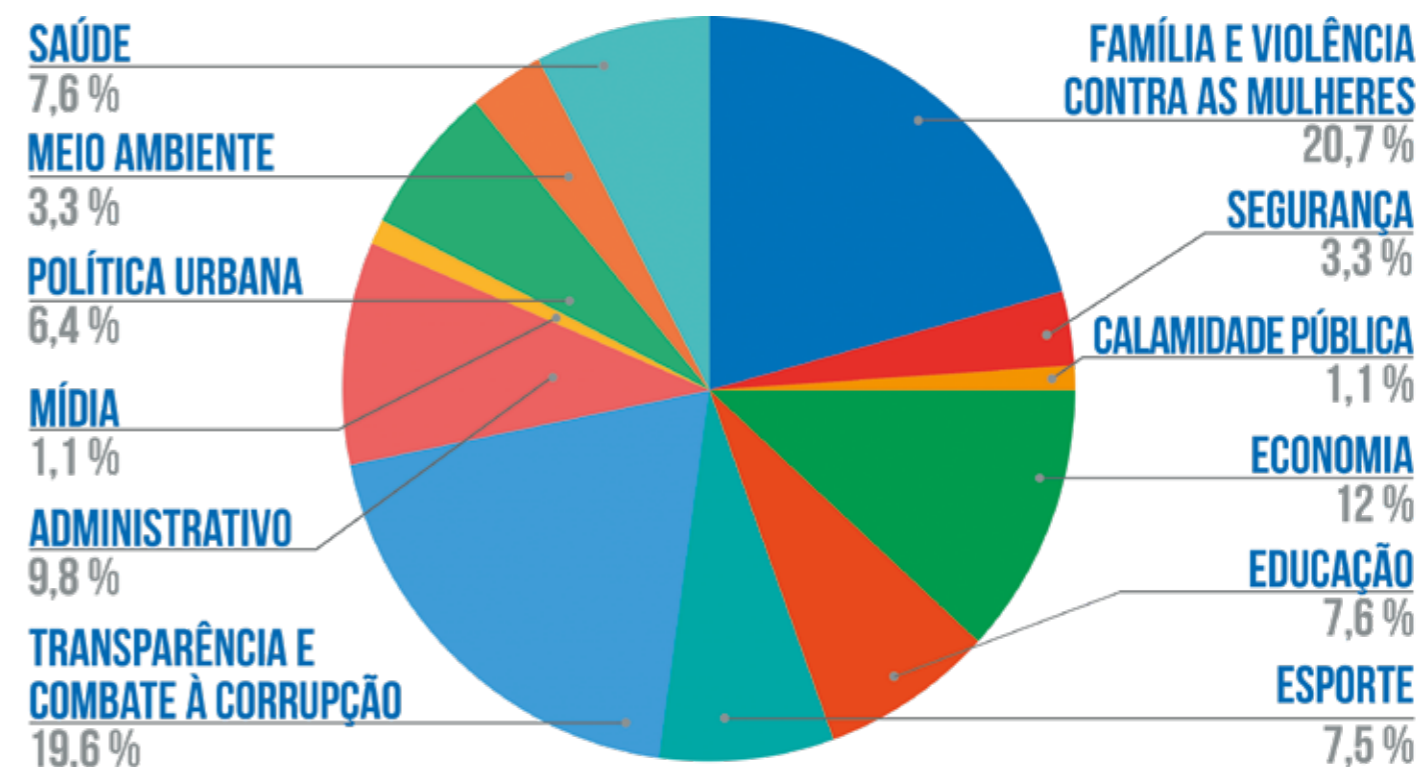
Leila, porém, tem outra ideia para os recursos. Ela apresentou, ainda em 2019, o Projeto de Resolução do Senado nº 61, que permitirá aos parlamentares econômicos destinar essa verba para melhorias nas áreas da saúde, educação e assistência social em seus estados. “Com o projeto, teremos o direito de abrir mão sabendo que poderemos dar um encaminhamento para aquele valor e investir o dinheiro arrecadado com impostos em áreas essenciais para a sociedade. É também uma medida que poderá influenciar outros parlamentares e fazer economia”, afirma a senadora.

R\$ 1.150.699,16 ECONOMIZADOS
92 PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

PROJETOS DE LEI, PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO SENADO E PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



LEILA DESTINA R\$ 114,3 MILHÕES PARA O DISTRITO FEDERAL E TRABALHA POR MAIS TRANSPARÊNCIA NA DESTINAÇÃO DE EMENDAS

Anualmente, o governo federal precisa elaborar um projeto de lei orçamentária para determinar os investimentos que serão feitos no ano seguinte com os recursos arrecadados dos impostos. Para que o processo seja mais transparente, o orçamento é apresentado ao Congresso Nacional, que analisa o projeto e define se aprova ou não a proposta do governo.

Nesse momento, os deputados e senadores podem fazer indicações de emendas para ações e projetos nos seus estados e municípios. Dar esse poder aos parlamentares significa alocar de forma mais eficiente os recursos do orçamento, uma vez que eles conhecem muito melhor a realidade de suas regiões do que o governo federal.

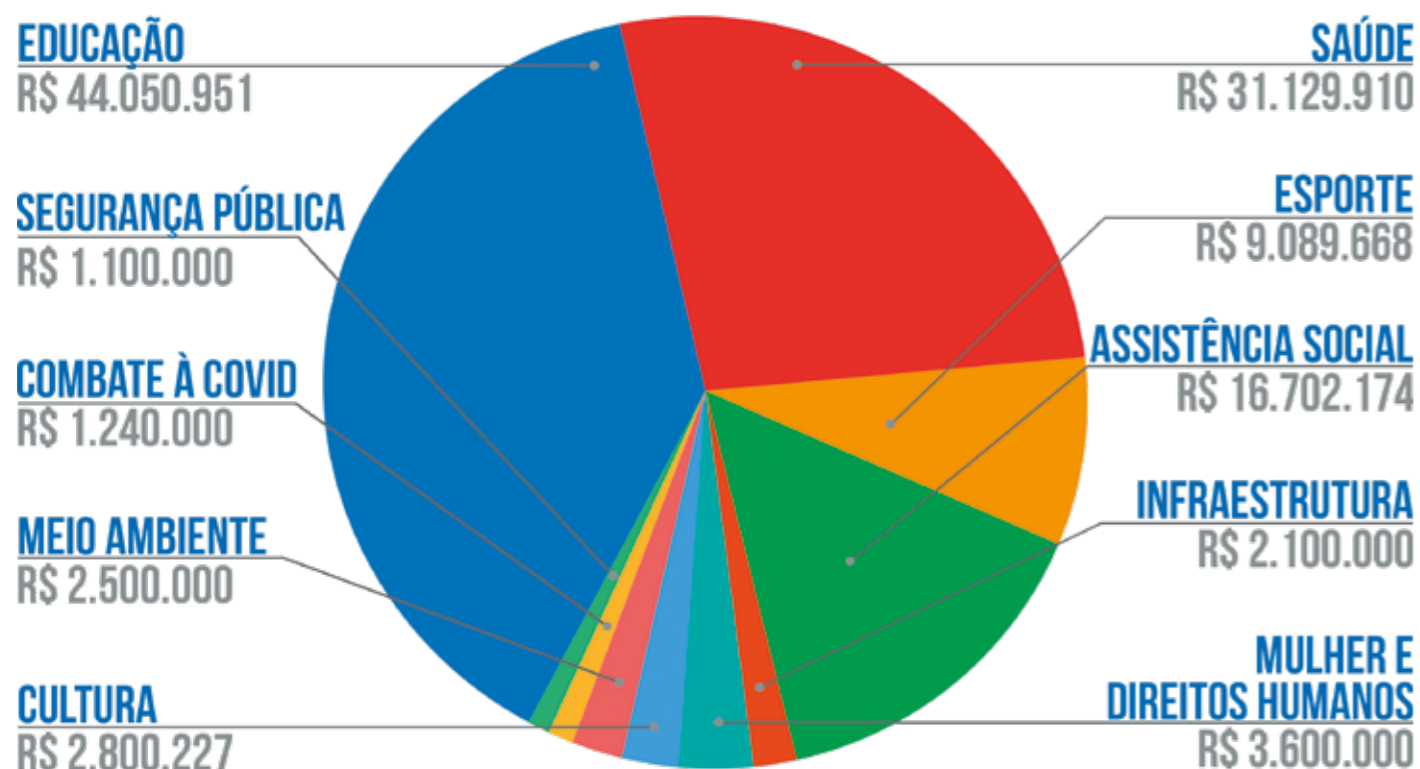
Visando dar mais transparência ao processo de execução das emendas parlamentares e também aumentar a visibilidade no orçamento dos estados e municípios, a senadora Leila apresentou o PLP 6/2020, que torna obrigatória a informação pública

de dados como o autor da emenda e em qual programa o recurso foi aplicado.

Dessa forma, a população poderá acompanhar a atuação política dos parlamentares no que diz respeito à destinação de recursos públicos e suas prioridades. Também será permitida a análise da atuação do Executivo diante das demandas e prioridades definidas pelo Legislativo. Para isso, ficará obrigada a divulgação, de forma individualizada, do autor da emenda, programa e ação orçamentária, data da liberação e pagamento, modalidade de licitação e pessoa física ou jurídica beneficiada.

Seguindo o seu compromisso de transparência e bom uso do dinheiro público, a senadora Leila divulga os projetos e ações que têm destinado emendas parlamentares. Desde o início do mandato, ela já indicou cerca de R\$ 114.312.930 para o Distrito Federal. Confira no gráfico abaixo as destinações das emendas indicadas pela parlamentar do Distrito Federal.

ÁREAS CONTEMPLADAS COM AS EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA INDICADAS DE 2019 A 2021



EDUCAÇÃO

Andre Borges/Agência Brasília



Seis espaços educacionais do DF serão beneficiados com as emendas ao orçamento feitas pela senadora Leila Barros. No total, são cerca de R\$ 650 mil para aquisição de computadores, projetores, ventiladores, ares-condicionados e equipamentos de cozinha. Os recursos foram destinados para o Centro Educacional 02 (Centrão) de Taguatinga, o Centro de Ensino Fundamental 09 de Taguatinga Sul, o CAIC Julia Kubitschek de Oliveira de Sobradinho II, o Centro de Ensino Especial I do Gama, o Centro de Ensino Fundamental I de Planaltina e o Centro Educacional 02 do Cruzeiro. O Instituto Federal de Brasília recebeu duas emendas indicadas por Leila. Uma delas, no valor de R\$ 1,7 milhão dos recursos da bancada federal, foi investida na compra e instalação de dez usinas fotovoltaicas e no aparelhamento de espaços do servidor nos *campi* e na reitoria. Ela também apoiou com R\$ 1,5 milhão, das emendas de bancada, a construção dos Centros de Formação Tecnológica (CFT).

SAÚDE

Paulo H Carvalho/Agência Brasília



Para estruturar a rede pública do DF no enfrentamento à covid-19, a senadora Leila indicou R\$ 1,2 milhão para a Secretaria de Saúde da capital. Os hospitais, as UPAs e as unidades básicas de saúde também foram contemplados com recursos destinados pela primeira senadora eleita pelo DF. Todos os anos ela apoia projetos de aquisição de equipamentos, aparelhos e insumos básicos para esses atendimentos. O Hospital Regional de Taguatinga, por exemplo, recebeu R\$ 1 milhão para compra de dois ecógrafos e instrumentos para cirurgias ginecológicas. Já as UPAs de Ceilândia, Recanto das Emas, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Samambaia e São Sebastião foram contempladas com R\$ 700 mil para compra de materiais e equipamentos médicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dênio Simões/Ag. Brasília



A senadora Leila destinou mais R\$ 14 milhões das emendas de bancada para fortalecer e estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social. Outra parte dos recursos para o setor foi destinada a instituições que prestam um importante serviço de proteção social. Uma delas é a Rede Feminina de Combate ao Câncer. A entidade receberá R\$ 150 mil para custear as ações de atendimento e acolhimento às brasileiras diagnosticadas com câncer de mama que estão em tratamento na rede pública de saúde do DF. A Associação dos Amigos da Saúde Mental também foi indicada para receber uma emenda de igual valor. A verba será utilizada para organizar as atividades de atendimento e ressocialização de pessoas em vulnerabilidade social que estejam em recuperação de transtorno mental ou em fragilidade psicossocial.

ESPORTE

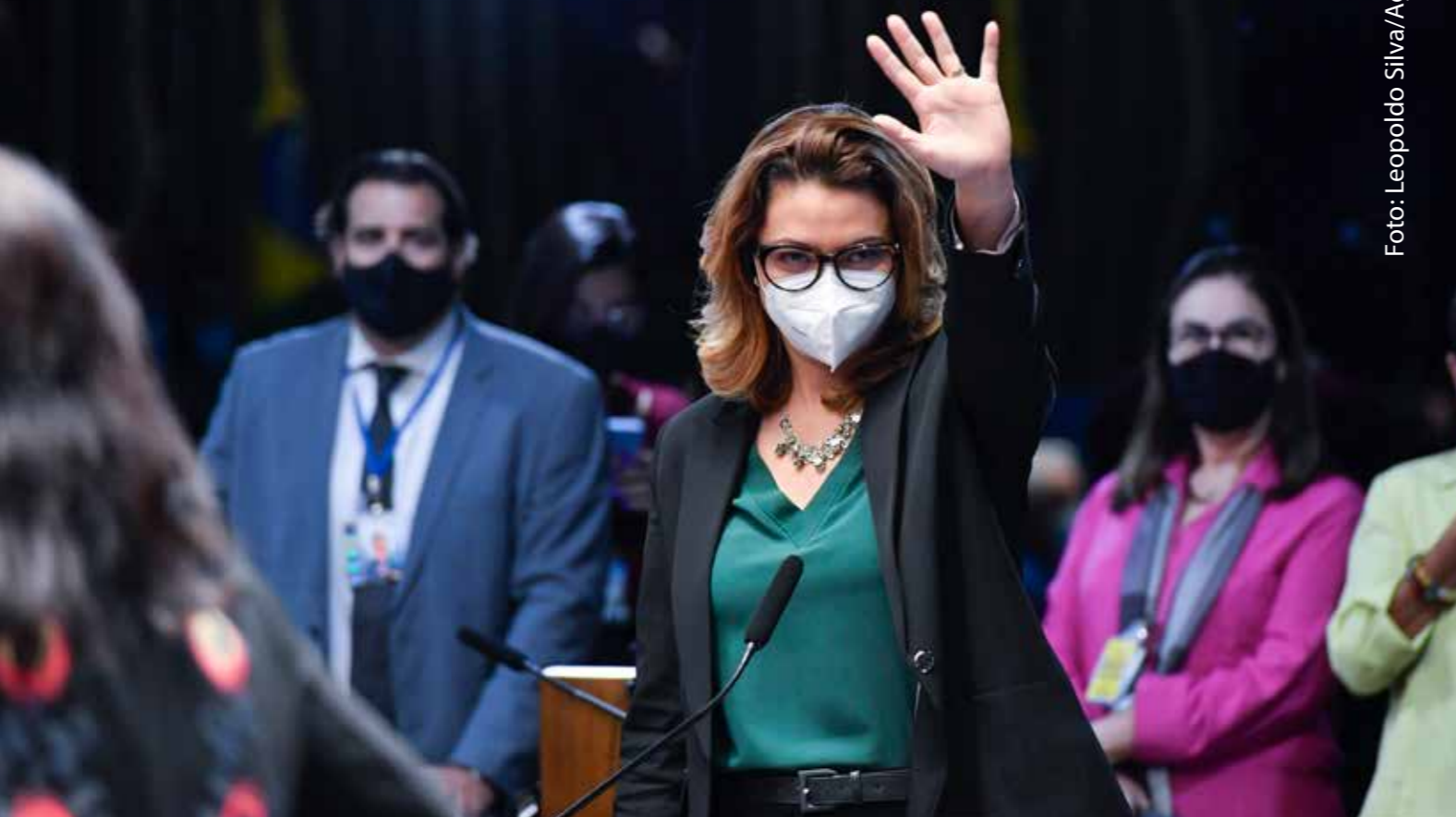
Daniel Lavenero



O esporte também é uma das áreas em que a senadora Leila tem investido recursos. As emendas parlamentares indicadas por ela têm fomentado competições esportivas para pessoas de todas as idades e de todas as regiões administrativas do DF. A Federação Brasileira de Skate recebeu R\$ 200 mil para promoção da prática esportiva na capital. A 10ª edição da Copa AGAP de Futsal também recebeu recursos indicados pela senadora. O campeonato envolveu mais de 7 mil pessoas entre atletas, membros de comissão técnica e organizadores. Com os R\$ 150 mil indicados por Leila, a organização comprou equipamentos e uniformes esportivos, contratou brigadistas e árbitros e adquiriu as premiações. Outra competição promovida com recursos de emenda parlamentar indicada por Leila foi o Campeonato Brasileiro de Futebol de Surdos. Reconhecido por estimular a prática desportiva junto à comunidade surda, além de resgatar valores, melhorar a autoestima dos surdos e dar mais visibilidade ao universo do esporte de surdos, o campeonato reuniu mais de 240 surdoatletas de todo o Brasil com idade entre 14 e 23 anos.

EM APENAS 3 ANOS, SENADORA LEILA CONSEGUE APROVAR 11 NOVAS LEIS

Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado



Leis já sancionadas de autoria da senadora dão mais segurança às barragens, tornam o stalking crime e prorrogam metas para prestadores de serviços do Sistema Único de Saúde

Em apenas três anos como senadora, Leila do Vôlei já conseguiu aprovar 11 novas leis, sendo três como autora e oito como relatora dos projetos. Entre as legislações sancionadas que foram de iniciativa da senadora estão a Lei 14.066/20, que dá mais segurança às barragens, a Lei 14.132/21, que torna o *stalking* crime no Brasil, e a Lei 14.189/21, que prorroga metas para prestadores de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como relatora, Leila contribuiu para a sanção de leis muito importantes para o aprimoramento da Lei Maria da Penha, como a Lei 13.827/19, que versa sobre as medidas protetivas de urgência; a Lei 13.880/19, que determina a apreensão imediata de armas de fogo em posse de agressores; a Lei 14.149/21, que cria o Questionário de Avaliação de Risco; e a Lei 14.069/20, que cria o Cadastro Nacional de Estupradores.

A comunidade esportiva também foi beneficiada pela atuação de Leila como relatora do projeto que deu origem à Lei 13.912/19, que aumenta a punição contra torcidas violentas, e a Lei 14.073/20, que trata do refinanciamento de dívidas do esporte e da

punição de cartolas. Este último projeto também incluía, quando aprovado pelo Congresso Nacional, o auxílio emergencial ao esporte durante a pandemia, mas o trecho foi vetado pelo presidente.

O Distrito Federal ganhou uma nova estrutura do Poder Judiciário graças à Lei 13.850/19, relatada por Leila. A nova legislação retira das Varas de Fazenda Pública a competência de julgar ações que tenham como parte as sociedades de economia mista (CEB, CAESB e BRB), passando a tarefa para uma das Varas Cíveis ou Juizados Especiais Cíveis do DF, permitindo uma prestação de serviços jurisdicionais mais ágil e eficiente no DF.

Além disso, a senadora do DF relatou o projeto que deu origem à Lei 14.196/21, que cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, concedido à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan. A partir da concessão do título, as instituições homenageadas poderão ter preferência, conforme regulamento, em processos seletivos de compra de bens e serviços, em fomento social nas suas áreas de atuação e na obtenção de linhas de crédito público, tudo em igualdade de condições.

LEIS DA LEILA DO VÔLEI

Autoria da senadora Leila

Relatoria da senadora Leila

LEI	PRA QUE SERVE?	PALAVRA DA SENADORA
14.066/20 Segurança de Barragens	Proíbe o uso de barragens construídas pelo método chamado de alteamento a montante e prevê multas administrativas de até R\$ 1 bilhão para as empresas que descumprirem as normas de segurança.	“Não vamos amenizar a dor das pessoas que enfrentam consequências das tragédias de Brumadinho e Mariana, mas a Lei é um grande avanço.”
14.132/21 <i>Stalking</i>	Tipifica como crime a prática de perseguição física ou on-line, que ficou conhecida como <i>stalking</i> . O ato é definido como a perseguição que interfere na liberdade e na privacidade da vítima. A lei não distingue se a vítima é homem ou mulher, protegendo a todos.	“Melhoramos o Código Penal para dar mais segurança às vítimas desse crime que muitas vezes começa no ambiente <i>on-line</i> .”
14.189/21 Metas para prestadores de serviços do SUS	Prorroga o cumprimento das metas para prestadores de serviços do SUS. Beneficia hospitais filantrópicos, laboratórios, clínicas, organizações sociais de saúde e associações de assistência social.	“Essas instituições são fundamentais na pandemia e ainda terão um importante trabalho no tratamento dos pacientes.”
13.827/19 Medida protetiva de urgência	Facilita a aplicação de medidas protetivas de urgência para mulheres ou seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar.	“Há municípios que não têm nem delegacia, que não têm para onde uma mulher possa correr. A lei ajuda muito nesses casos.”
13.880/19 Apreensão imediata de armas de fogo	Prevê a apreensão imediata de arma de fogo em posse do agressor. A medida protetiva tem como objetivo proteger vítimas de violência doméstica.	“Agora, o juiz poderá aplicar essa medida protetiva em até 48 horas após o registro da agressão.”
14.069/20 Cadastro Nacional de Estupradores	Prevê a criação do Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro. O banco de dados é uma importante ferramenta para fortalecer a prevenção aos crimes de estupro.	“Nossa intenção é fortalecer a prevenção aos crimes de estupro pelo aumento do acesso a informações.”
14.149/21 Questionário de Avaliação de Risco	Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco. A norma representa um avanço no atendimento e na proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar.	“O formulário agiliza a adoção das medidas protetivas e padroniza o recebimento da denúncia.”
14.196/21 Patrimônio Nacional da Saúde	Cria o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública, concedido à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Butantan.	“Além de um reconhecimento importante pelo trabalho desenvolvido, garante acesso a linhas de crédito de incentivo à ciência no Brasil.”
13.912/19 Torcidas violentas	Amplia de três para cinco anos o prazo de banimento de torcida organizada violenta que violar o Estatuto de Defesa do Torcedor. Também torna passíveis de punições invasões a centro de treinamento e brigas em estações de metrô, praças e ruas.	“Violência praticada fora do ambiente que sedia o evento desportivo agora também está incluída no Estatuto.”
14.073/20 Refinanciamento de dívidas do esporte e punição de cartolas	Permite que entidades esportivas não ligadas à modalidade futebol possam utilizar 20% dos recursos que recebem da loteria para finalmente quitar débitos antigos que têm com a União. Amplia a transparência e a punição por gestão temerária de cartolas.	“Atletas poderão continuar treinando sem a ameaça da interrupção de repasse de recursos por causa da dívida gerada por gestores.”
13.850/19 Reorganiza o Poder Judiciário do DF	Cria a Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e de Conflitos Arbitrais. A alteração permite uma prestação de serviços jurisdicionais mais ágil e eficiente.	“Facilita o acesso à Justiça para acionar as empresas de sociedade mista do DF, como BRB, CEB e Caesb.”

COM APOIO DE LEILA, SENADO FEDERAL APROVOU MEDIDAS QUE GARANTIRAM ACESSO DE BRASILEIROS ÀS VACINAS CONTRA A COVID-19

O ano de 2021 foi, novamente, marcado pela pandemia da covid-19. Medidas importantes aprovadas emergencialmente no ano anterior precisaram de ajustes e prorrogações, para que não perdessem a eficácia em plena pandemia, deixando milhões de brasileiros sem condições mínimas de viver dignamente. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional agiu para garantir o acesso às vacinas para toda a população.

Com o apoio da senadora Leila, foi aprovada a MP 1.026/21, que desburocratizou a aquisição de vacinas da Pfizer e da Janssen. Essa MP, que se tornou a Lei 14.124/21, permitiu que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitisse autorização temporária e excepcional para vacinas. Também permitiu que estados e municípios comprassem e aplicassem os imunizantes. Essa autorização não estava no texto original da MP e foi incluída pelos parlamentares.

“O parlamento brasileiro deu respostas à pandemia e vai continuar trabalhando para promover as mudanças legislativas necessárias”, afirma Leila.

A senadora também apoiou a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei 2.083/20, que cria um programa específico para acolhimento de pessoas que estão em sofrimento emocional causado pela pandemia. “É preciso preparar o SUS para dar suporte aos brasileiros que desenvolverem distúrbios mentais como resultado direto da interrupção de suas atividades”, defendeu.

SOCORRO ECONÔMICO

A senadora Leila também atuou para aprovar medidas no Senado que visaram mitigar a forte crise econômica que se abateu sobre o país devido à pandemia.

Entre as medidas, Leila apoiou o retorno do Auxílio Emergencial e de um programa de renda mínima que garanta dignidade para todos. “Já são 14 milhões de desempregados e 80 milhões de brasileiros que vivem com algum grau de insegurança alimentar. Diferenças devem ser colocadas de lado para darmos respostas à sociedade”, defendeu Leila.

“Mais do que nunca vamos ter que nos unir para reconstruir as pontes que a pandemia destruiu. Algumas áreas foram fortemente atingidas e deixaram um enorme prejuízo. É o caso da educação, da ciência, do desenvolvimento social e da economia. Só vamos sair dessas dificuldades com muita unidade”, defende Leila.

Doação ao GDF

Diante da falta de itens básicos que garantissem a segurança dos servidores da saúde do Distrito Federal, Leila tomou a iniciativa de solicitar a 32 Embaixadas doações de luvas para atendimento hospitalar. Leila obteve resposta positiva do embaixador japonês, Akira Yamada, que realizou a doação de 4 mil pares de luvas à Secretaria de Saúde do DF. “Sou imensamente grata pelo gesto de solidariedade, amizade e carinho”, disse Leila.

O projeto também trata do atendimento às pessoas que desenvolveram sequelas em função da contaminação pela covid-19. Estima-se que, mesmo após a recuperação, 64% dos que tiveram a doença ainda têm sintomas persistentes, 42% apresentam alguma sequela transitória e 2% a 5% vão apresentar sequelas permanentes, algumas delas incapacitantes.

O Senado também aprovou a Medida Provisória 1.028/21, transformada na Lei 14.179/21, que facilita o acesso ao crédito. Essa lei permitiu que, até o dia 31 de dezembro de 2021, microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões e as áreas mais afetadas pela pandemia recebessem tratamento diferenciado na captação de crédito ofertado com recursos públicos. O acesso às condições facilitadas também foi estendido a aposentados e pensionistas.

Sem reajuste

Com apoio de Leila, foram aprovados os Projetos de Lei 939/21 e 2.496/21, que proibiram, respectivamente, o reajuste anual de medicamentos e de planos de saúde em 2021. A proibição não é permanente, mas representa um alívio para as famílias brasileiras, principalmente para aquelas de baixa renda. “Foram medidas excepcionais, necessárias, em um momento delicado”, defendeu.

Em mais um ano intenso de trabalho, a senadora do DF atuou para garantir imunizantes e atenuar efeitos da pandemia sobre a economia

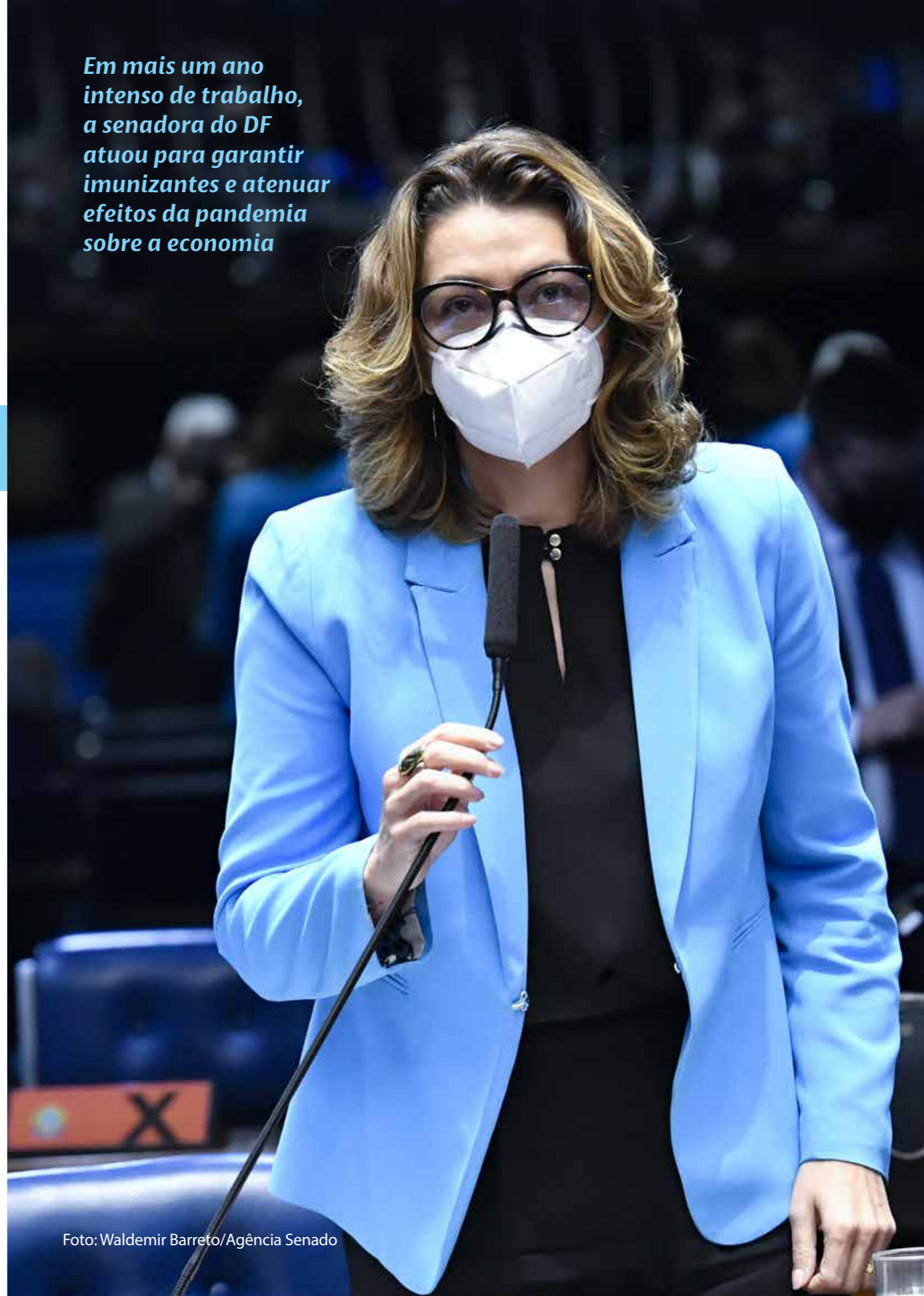


Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

LEILA É NOMEADA PROCURADORA ESPECIAL DA MULHER NO SENADO FEDERAL

Para a senadora, a Procuradoria é um espaço para receber e acompanhar denúncias de violações aos direitos humanos, combater a violência doméstica e lutar por mais igualdade entre homens e mulheres



Leila participa da abertura do Outubro Rosa ao lado da deputada Maria do Rosário e da senadora Maria Eliza. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Como Procuradora, Leila entregou ao Procurador-Geral da República, Augusto Aras, um dossiê completo sobre o caso Mari



Foto: Leonardo Prado/Secom-PGR

Ferrer. A influenciadora digital procurou ajuda das Procuradorias da Mulher no Congresso Nacional para solicitar que o caso fosse investigado pela Justiça Federal e se defender da dupla violência a que foi submetida. Primeiro, ao ser dopada e estuprada em uma festa. Depois, ao ser humilhada em audiência.

“Nenhum abuso, muito menos o institucional, pode sair impune. Foram recebidas três denúncias: estupro de vulnerável, violência institucional e ‘estupro culposo’, além de irregularidades no inquérito policial e processo criminal”, explica.

Visando coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, em novembro, o Congresso Nacional aprovou o projeto que deu origem à Lei Mari Ferrer (14.245/21), que pune constrangimentos em julgamentos.

STALKING

COM PROJETO DE AUTORIA DE LEILA, STALKING SE TORNA CRIME NO BRASIL

Perseguir ou assediar por meio físico ou on-line agora é crime, graças ao projeto de Leila

Foi sancionada a Lei 14.132/21, de autoria da senadora Leila, que tipifica como crime o *stalking*. Essa prática criminosa se caracteriza pelo recolhimento de informações da vítima e pela perseguição física ou on-line que interfere em sua liberdade e privacidade. A Lei do *Stalking* é um necessário aperfeiçoamento do Código Penal para dar mais segurança às vítimas.

Tentativas persistentes de aproximação, o envio repetido de mensagens e aparições “casuais” nos locais frequentados pela vítima são alguns dos exemplos que causam sérios transtornos a quem é perseguido. Os criminosos serão punidos com multa e reclusão de

seis meses a dois anos. A pena poderá ser aumentada se a vítima for criança, adolescente, idoso ou mulher. O *stalking* é um mal que deve ser combatido antes que a perseguição se transforme em algo ainda pior.

“Uma das melhores sensações que experimentamos quando atuamos na política é constatar que nossas atitudes e o nosso trabalho podem fazer a diferença. A Lei do *Stalking* tem ajudado muitas vítimas a interromper uma vida de perseguição e humilhações”, declara Leila. A senadora tem recebido diversos depoimentos de pessoas que foram beneficiadas com essa proteção que a lei passou a oferecer.



Leopoldo Silva/Agência Senado

IGUALDADE SALARIAL

APÓS 11 ANOS, MULTA A EMPRESAS QUE PAGAREM SALÁRIOS DIFERENTES PARA HOMENS E MULHERES É APROVADA

Depois de uma tramitação que durou 11 anos, o Senado aprovou por unanimidade – em uma sessão histórica realizada no dia 30 de março – projeto de lei que estabelece multa para empresas que pagarem salários diferentes para homens e mulheres que

desempenhem a mesma função. Como o PLC 130/11 já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, foi enviado à sanção do presidente da República, que questionou o projeto. Com isso, o projeto retornou para nova análise.

“Esta é uma lei muito aguardada por todas as mulheres, pois tenta corrigir essa tremenda injustiça. As mulheres brasileiras não podem ser privadas do seu direito de ter a mesma remuneração que os homens, quando exercerem atividade igual”, defendeu Leila.



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Depoentes e senadoras foram interrompidas, taxadas de “descontroladas” e sofreram ataques nas redes sociais.



A infectologista Luana Araújo, a médica Nise Yamaguchi e a senadora Simone Tebet: vítimas de machismo. Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

A CPI da Covid mostrou, além de sucessivos erros na gestão da pandemia, o machismo estrutural que impera também no Senado Federal. Apesar de não contar com nenhuma senadora como membro, as mulheres foram, sim, representadas pela bancada feminina, que se organizou em um rodízio para garantir a presença de ao menos uma senadora em todas as sessões. A participação das senadoras evidenciou momentos de machismo explícito, com interrupções e agressões dirigidas a mulheres. A senadora Leila se posicionou contra tais atitudes e defendeu que todas as mulheres fossem respeitadas, independentemente de ideologia.

Leila saiu em defesa da médica Nise Yamaguchi, que sofria repetidas interrupções em seu depoimento à CPI. “Mesmo não concordando com os argumentos da doutora Nise,

que insiste na defesa da cloroquina no tratamento precoce da covid-19, defendi que ela pudesse, ao menos, concluir seu raciocínio”, conta Leila. Já a infectologista Luana Araújo, que também prestou depoimento à CPI, se tornou alvo de ataques nas redes sociais por defender a ciência no tratamento da covid-19. No caso da infectologista, apoiadores do chamado tratamento precoce fizeram insinuações de que a doutora estaria na CPI como prostituta.

A senadora Simone Tebet também foi alvo de machismo quando questionava o ministro da CGU, Wagner Rosário, que chamou a senadora de “descontrolada”. “Por que sempre somos nós mulheres as ‘descontroladas’? Não podemos tolerar mais esse comportamento machista seja no Senado Federal, no Congresso Nacional ou em qualquer outra circunstância”, desabafou Leila.

“A minha voz e a das demais mulheres jamais será silenciada. A CPI da Covid mostrou ao vivo para todo o país o machismo estrutural que existe no Brasil. O ambiente político não é diferente. Ele apenas reproduz o que muitas de nós vivemos diariamente.”

Enfrentamento à violência contra a mulher – Pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) deverão ser aplicados no enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo todas as ações previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A determinação está no PL 123/19, que foi relatado pela senadora Leila e aprovado pelo Senado em outubro. “O projeto impede que o combate à violência contra a mulher seja relegado a uma posição pouco significativa na hora de alocar os recursos do FNSP. Nós vivemos hoje uma epidemia de violência contra a mulher e esses recursos serão fundamentais para dar um basta na violência doméstica”, disse.

Grávidas e lactantes na pandemia – Leila defendeu que lactantes, com ou sem comorbidades, independentemente da idade dos bebês, fossem incluídas como grupo prioritário para a vacinação no Plano Nacional de Imunização contra a covid-19. O texto foi aprovado no Senado e seguiu para análise da Câmara dos Deputados.

A senadora apoiou, também, o projeto transformado na Lei 14.151/21, que garante às gestantes o direito de trabalhar de forma remota, sem redução do salário. “A mulher grávida merece respeito e atenção.”

Combate ao assédio – Leila relatou o PL 1.399/19, aprovado no Senado, que prevê que toda empresa com mais de 100 funcionários tenha um setor de combate ao assédio e apoio às vítimas. Além disso, a empresa deverá fornecer um canal telefônico ou virtual para denúncias anônimas. A multa para o descumprimento da lei poderá chegar a R\$ 42,5 mil. Como relatora, Leila vai acompanhar a tramitação do projeto, que seguiu para aprovação na Câmara dos Deputados.

Apreensão de armas – O Plenário do Senado aprovou o substitutivo apresentado por Leila ao PL 1.946/19, que determina a apreensão imediata de armas de fogo sob a posse de agressores de mulheres, de idosos e de crianças. De acordo com o texto, o juiz deve determinar a suspensão da posse das armas do agressor, mesmo que elas não tenham sido usadas no episódio de violência apurado. No caso de o acusado ser policial e possuir direito ao porte da arma, ele terá este benefício suspenso. Caberá ao órgão, corporação ou instituição exigir o cumprimento da medida. O réu ficará impedido de possuir ou portar armas até o final do cumprimento da pena estabelecida.

Violência eletrônica – Foi aprovado o PL 116/20, de autoria da senadora Leila, que poderá incluir violência eletrônica na Lei Maria da Penha. As mulheres vítimas de perseguição, ameaças e exposição indevida executadas por meios eletrônicos precisam estar protegidas em todos os ambientes. “Temos que dar a segurança jurídica necessária para que as vítimas possam se defender também dessas formas de agressão.”

Pobreza menstrual – Com apoio de Leila, foi aprovado no Senado Federal o PL 4.968/19, que assegura a distribuição gratuita de absorventes higiênicos femininos para estudantes de baixa renda. Essa medida é de extrema importância, pois a chamada “pobreza menstrual” causa a evasão escolar de meninas durante o período do ciclo. É mais um passo dado no combate à desigualdade que começa na escola e atravessa toda a vida da mulher. No entanto, o projeto foi vetado pelo presidente e a bancada feminina articula a derrubada do veto.

Hospital de Base – Leila esteve no Hospital de Base em duas ocasiões diferentes em 2021. Primeiro, foi conhecer o trabalho desenvolvido com pacientes que sofreram Acidente Vascular Cerebral (AVC). Os profissionais desejam estruturar uma unidade de AVC e doenças neurovasculares para os pacientes do DF. Em uma segunda visita, como parte do calendário do Outubro Rosa, a senadora conversou com servidores e pacientes em tratamento contra o câncer de mama. “Coloquei o meu mandato à disposição do Hospital de Base. Um atendimento de qualidade significa a oportunidade de salvar vidas”, diz Leila.



Foto: Davidyson Damasceno/Hospital de Base

Implantes mamários – Com apoio de Leila, foi aprovado no Senado um substitutivo ao PL 2.113/19, que torna obrigatória a substituição dos implantes mamários para corrigir mutilação decorrente de tratamento de câncer, nos casos em que ocorrerem efeitos adversos. As operadoras de planos e seguros privados de saúde também ficam obrigadas a retirar implante mamário, independentemente da razão de sua implantação, sempre que ocorrerem complicações ou efeitos adversos.



“MINHA LUTA É PELA VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE”, AFIRMA LEILA

Senadora foi contra o fim de valores mínimos a serem investidos em educação, o que enfraquece o Fundeb. Infelizmente, o projeto foi aprovado

Leila foi eleita vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado Federal para o biênio 2021-2022.

Defensora do investimento em educação, cultura e esporte como meio de formação cidadã e inclusão social, a senadora Leila votou contra a Proposta de Emenda à Constituição 13/21, aprovada no Senado. A PEC isenta estados e o Distrito Federal de responsabilidade por não terem atingido o piso constitucional de 25% na aplicação de recursos na educação em 2020 e 2021. “Minha luta é pela valorização da educação, da cultura e do esporte. Por isso, votei contra o trecho que acaba com a obrigatoriedade do investimento mínimo em educação”, justificou.

A aprovação da PEC enfraquece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb,

responsável por R\$ 6 de cada R\$10 da educação básica no Brasil. “O Fundeb permanente foi uma conquista importante de 2020 e, agora, infelizmente, tivemos um retrocesso”, lamentou a senadora.

Neste momento de pandemia, em que mais de 13,5 milhões de brasileiros enfrentam o desemprego, de acordo com o IBGE, é essencial garantirmos o acesso à educação e à qualificação profissional. Por isso, a senadora do DF votou favorável ao PL 1.133/21, que suspendeu o pagamento de parcelas do Fies por mais 180 dias. “A medida auxilia os beneficiados pelo programa para que não abandonem os estudos”, explicou.

INTERNET PARA ALUNOS E PROFESSORES

Com apoio da parlamentar, o Senado aprovou o PL 3.477/20, que permite a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para que estados e municípios garantam acesso à internet a professores e alunos da rede pública que pertençam a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) e aos matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas.

O projeto foi sancionado pelo presidente com vetos que

foram derrubados pelo Congresso Nacional. Os recursos podem assegurar a oferta mensal de 20 gigabytes de acesso à internet para todos os professores do ensino fundamental e médio das redes estaduais e municipais.

A senadora Leila também apoiou o PLC 142/18, que institui a Política de Inovação Conectada. O projeto tem como objetivo principal apoiar a instalação de internet de banda larga nas escolas e estimular o uso de tecnologias digitais na educação básica. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal.

LEILA PRESIDE PRIMEIRA SESSÃO 100% ACESSÍVEL COM LIBRAS, AUDIODESCRIÇÃO E LEGENDAS

A senadora do DF comandou o debate sobre o PL 4.909/20, que inclui a educação bilíngue de surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Em 2021, o Senado Federal promoveu a primeira sessão de debates temáticos 100% acessível com Libras, audiodescrição e legendas. “Tive a honra de presidir esse momento histórico em que foi discutida a inclusão da educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”, ressaltou Leila.

Em votação no Plenário, o Senado aprovou o projeto que determina que a educação bilíngue de surdos tenha a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua e o português escrito como a segunda.

“Parabéns a todos os deficientes auditivos que se beneficiarão com essa iniciativa. Sei que a aprovação do PL 4.909 é o resultado de muita luta, esforço e abnegação em favor da conquista desse direito. Contem comigo nessa luta pela inclusão, quebra de barreiras e aumento da acessibilidade.”

FUTURO DO INEP



Pilar Pedreira/Agência Senado

A senadora Leila foi uma das principais defensoras do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O órgão responsável pelas avaliações e indicadores da educação brasileira, como o Enem e o Censo Escolar, tem sofrido com a desorganização do governo na área educacional. Em três anos, foram cinco presidentes diferentes e diversas crises. A mais recente delas, em novembro de 2021, culminou na demissão coletiva de 32 gestores e denúncias de assédio moral e tentativas de intervenção política.

Leila solicitou ao TCU a realização de uma auditoria operacional no Inep. O requerimento foi aprovado pelos senadores e o pedido encaminhado para o tribunal. A parlamentar também conseguiu o apoio de 28 senadores de 10 partidos diferentes para começar a tramitação de uma proposição para blindar Inep, IBGE e Ipea, principais autarquias produtoras de estatísticas nacionais. A PEC 27/21 determina que os dirigentes

indicados para os institutos deverão passar por sabatina e aprovação do Senado e estabelece um mandato de quatro anos para seus presidentes, com possibilidade de uma única recondução, além de transformar os órgãos em instituições permanentes de Estado.

“Nos últimos três anos tem se agravado a descontinuidade administrativa em entidades produtoras de estatísticas oficiais. Sem informações de qualidade, e confiáveis, o risco de construir políticas, planos e programas ineficientes e ineficazes é grande, acarretando sérios prejuízos para o povo brasileiro”, defende Leila.

Pela Cultura - O Senado aprovou, com apoio de Leila, a prorrogação dos benefícios da Lei Aldir Blanc. A legislação foi criada no ano passado para auxiliar artistas e profissionais da cultura. O segmento movimenta a economia e gera milhões de empregos no Brasil, mas, devido ao caráter autônomo de sua atividade e à pandemia da covid-19, os profissionais ficaram impedidos de fazer seu trabalho. Por esse motivo, a prorrogação dos benefícios da Lei foi extremamente importante.

LEILA PRESTA HOMENAGEM A ATLETAS E PARATLETAS BRASILEIROS DOS JOGOS DE TÓQUIO



“Brasileiros superaram a pandemia e nos representaram de maneira brilhante nas Olimpíadas e Paralimpíadas. Por isso, essa homenagem foi merecida”, afirmou Leila



Leila preside homenagem ao lado dos paratletas Sérgio e Jady. Foto: Pedro França/Agência Senado

Como atleta e medalhista olímpica, a senadora Leila conhece muito bem os desafios enfrentados por quem dedica sua vida ao esporte de alto rendimento. Especialmente neste ano, atletas e paratletas tiveram um obstáculo a mais: a pandemia. Competições adiadas, treinos interrompidos, perda de renda, de patrocínios... Mas, mesmo assim, o Brasil teve seu melhor desempenho em olimpíadas e paralimpíadas.

“Os atletas e paratletas brasileiros representaram o nosso país nos Jogos de Tóquio de maneira brilhante”, justificou Leila ao requerer ao Senado Federal duas sessões especiais que homenagearam todos aqueles que estiveram no Japão para as competições. Foram convidados para estarem presencialmente no Plenário os atletas brasileiros Ketleyn Lima Quadros (judô) e Kawan Figueredo Pereira

(saltos ornamentais) e os paratletas Sérgio Oliva (hipismo) e Jady Malavazzi (ciclismo).



Senadora posa ao lado dos atletas Ketleyn e Kawan. Foto: Pedro França/Agência Senado



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

“Devemos aproveitar a vitrine das Olimpíadas para reivindicar que o Plano Nacional do Desporto saia da gaveta, para que tenhamos uma política pública permanente de fomento ao esporte.”

Pela vacinação de atletas

Leila apresentou o PL 241/21 com o objetivo de garantir que o governo federal ofertasse vacinas à delegação brasileira de Tóquio – sem furar filas e sem comprometer o estoque do SUS. Antes que o projeto pudesse ser avaliado, diante da negativa do governo brasileiro em tomar essa iniciativa, o Comitê Olímpico Internacional (COI) decidiu adquirir as vacinas. “A medida anunciada pelo COI foi ao encontro do meu PL e felizmente as delegações puderam ser imunizadas”, salientou.

Sociedade Anônima do Futebol

Foi aprovado no Senado o projeto de lei que cria o Sistema do Futebol Brasileiro, mediante tipificação da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). A senadora Leila fez um apelo para que o PLS 68/17 fosse colocado em pauta, para modernizar as atividades esportivas no Brasil. “Defendo que seja analisada, discutida e aperfeiçoada a proposta que cria a Lei Geral do Esporte. Todas as modalidades esportivas foram fortemente impactadas pela pandemia e merecem um gesto do Poder Público para que possam aperfeiçoar seus mecanismos de gestão, controle e transparência e, assim, continuar suas atividades gerando oportunidades e entretenimento”, afirmou.

Ordem do Mérito Naval

Leila do Vôlei recebeu a Ordem do Mérito Naval, alusiva à Data Magna da Marinha. A senadora é parceira do Programa Forças no Esporte (Profesp), que atende no DF mais de 700 crianças e adolescentes.

LEILA ESTÁ PRESENTE NOS QUATRO CANTOS DO QUADRADINHO

Em 2021, ainda com a pandemia, a senadora do DF retomou algumas agendas externas, sempre respeitando os protocolos de segurança sanitária



Estrutural

Ao lado do deputado distrital Leandro Grass, Leila esteve na Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal. Apenas 3% de todo o lixo produzido no DF é tratado.

Ceilândia – Leila participou das Olimpíadas de Ceilândia, evento que contabilizou mais de 5 mil atletas e paratletas em 19 modalidades. Também em Ceilândia, Leila esteve na Escola Classe 34, que recebeu recursos do PDAF para reforma e cobertura das quadras. Nos dois últimos anos, Leila encaminhou 12 emendas parlamentares individuais e uma emenda de bancada para diversos projetos na região administrativa.

Planaltina – A senadora esteve na inauguração do Espaço Cultural Planaltina Center, onde foi uma das 25 mulheres homenageadas na exposição da galeria no Espaço da Mulher.

Sobradinho – A senadora foi conhecer um pouco mais das atividades executadas pelo Grupo Azulim, que realiza projetos culturais na região e também desenvolve um trabalho com dependentes químicos da Casa de Reabilitação Mar Vermelho, que recebeu emenda da senadora.

Águas Claras – O Projeto Zoe, que incentiva a prática esportiva para mulheres no Parque Águas Claras, contou com a presença da senadora Leila, que lembrou seus professores, técnicos e o tempo em que jogou vôlei de praia.



Rodoviária – Como procuradora da Mulher no Senado, Leila foi conhecer uma carreta, na Rodoviária do Plano Piloto, onde são realizados exames gratuitos de detecção do câncer de mama em mulheres em situação de vulnerabilidade social com mais de 40 anos. Os exames foram realizados na campanha “Mulheres Amigas”. A ação é uma parceria da ONG Américas Amigas com a Pfizer.

“É INADMISSÍVEL O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A SAÚDE DO DF”, AFIRMA LEILA

Pacientes enfrentam atendimento precário, falta de médicos, insumos e medicamentos. Ao mesmo tempo, GDF enfrenta inúmeras denúncias de desvio de dinheiro público

Seis meses antes de o bloco Materno Infantil do Hospital Regional de Sobradinho ser interditado, a senadora já havia solicitado à Novacap a construção de subestações elétricas nos hospitais de Sobradinho, Brazlândia e Planaltina. “O GDF parece não dar ouvidos aos pleitos de quem não é da base governista”, lamenta.

CPI DO IGES-DF

“É necessário passar a limpo todas as possíveis irregularidades. Os brasileiros exigem transparência”, ressalta Leila, ao defender a CPI do IGES, para investigar os atos do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal durante a pandemia.

LEILA É ELEITA COORDENADORA DA BANCADA DO DF NO CONGRESSO NACIONAL

Os deputados federais e os senadores do DF elegeram a senadora Leila Barros como coordenadora da bancada no Congresso Nacional. O grupo formado por 11 parlamentares reúne-se periodicamente para destinar recursos de emendas parlamentares para a capital e definir a linha de atuação de acordo com os interesses do Distrito Federal e dos brasilienses.

Uma das ações da bancada foi a articulação pela derrubada do veto parcial do presidente da República ao Projeto de Lei de Conversão 006/21, que trata da organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). O dispositivo vetado autorizava o DF a criar o plano de saúde dos servidores da Polícia Civil e seus dependentes.

POSICIONAMENTOS

CONTRA O AUMENTO DO FUNDO ELEITORAL

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 apresentou o aumento do Fundo Eleitoral, de R\$ 2 bilhões para mais de R\$ 5,7 bilhões. A senadora votou contra e justificou, durante sessão do Senado, que o momento exige outras prioridades.

“É uma questão de bom senso e de tentar perceber o momento que o país está vivendo. É muito ruim ter que discutir aumento de fundo eleitoral quando temos corte na saúde e na educação. É inadmissível.”

EM DEFESA DA CULTURA

A senadora Leila lamentou o incêndio que ocorreu na Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Filmes, material impresso e documentos foram consumidos pelo fogo. Os equipamentos queimados seriam usados na montagem de um museu para contar a história do cinema brasileiro.

Leila lembrou que o Ministério Público Federal já havia alertado o governo federal sobre o risco que o acervo corria, mas lamentavelmente nada foi feito.

“A tragédia anunciada se concretizou.”



Carla Carniel/Reuters

EM DEFESA DO SERVIDOR PÚBLICO

A senadora mostrou apoio aos funcionários dos Correios. Ela recebeu em seu gabinete uma representação de servidores da categoria. Na conversa sobre a privatização da empresa, a senadora confirmou a eles que é totalmente contra a pressa e a falta de diálogo do governo ao tratar desse assunto no Congresso Nacional. A parlamentar ainda lembrou que, no ano de 2020, os Correios tiveram um lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão, o melhor resultado nos últimos dez anos. Leila acredita que entregar uma instituição com a importância dos Correios – sem um amplo debate com toda a sociedade – é um desserviço à Nação.



“O desejo de privatizar a todo custo não pode sobrepujar os interesses da população brasileira. Os Correios tiveram o melhor resultado nos últimos dez anos. Entregar para a iniciativa privada, a toque de caixa, uma importante instituição é um desserviço.”

EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Leila ressaltou que os espaços naturais localizados em áreas públicas devem ser de acesso livre a todos. Pensando nisso, ela apresentou o Projeto de Lei 2/21, que garante a visitação pública a locais de beleza cênica como praias, rios, cachoeiras, montanhas, paredes rochosas, cavernas e outros sítios naturais. A senadora sintetiza que muitos desses lugares têm circulação restrita devido à presença de hotéis, condomínios e estabelecimentos privados que limitam o uso dos espaços naturais apenas aos seus clientes.

EM DEFESA DA SAÚDE

A senadora Leila lamentou o veto presidencial ao PL 6.330/19, que obriga os planos de saúde a oferecerem a quimioterapia oral aos pacientes com câncer. Leila anunciou que votará pela derrubada do veto quando ele for pautado no Congresso.

“A decisão vai na contramão dos anseios da população brasileira. A princípio, o veto prejudica diretamente mais de 50 mil pacientes que poderiam ser medicados em casa, sem precisar passar por uma internação hospitalar.”

O Congresso Nacional derrubou o veto presidencial (VET 36/2020) ao PL 1.826/20, que criou uma indenização de R\$ 50 mil para profissionais da saúde que atuaram na linha de frente no combate à covid-19 e ficaram incapacitados para o trabalho. A senadora avaliou a derrubada do veto como uma maneira de fazer justiça aos profissionais que atuam salvando a vida de tantos pacientes e colocando a própria vida em risco. Leila também demonstrou apoio ao PL 2.564/20, que instituiu o piso salarial dos profissionais de enfermagem.

“A verdadeira valorização profissional passa pela dignidade salarial e por condições de trabalho adequadas para prestação de um serviço essencial.”

O GDF abandonou no aeroporto de Guarulhos máscaras N-95 e testes rápidos para covid-19 que haviam sido doados por uma empresa chinesa. O material ficou meses parado. A Anvisa chegou a determinar que os testes rápidos fossem destruídos, por terem perdido as condições de uso. De acordo com a Receita Federal, foram feitas várias tentativas para tentar resolver a situação, mas a Secretaria de Saúde do DF não buscou a doação. A senadora Leila se posicionou sobre o assunto cobrando um esclarecimento sobre o caso. Ela ressaltou que a população do DF precisava de uma resposta.

“Incompetência ou completo descaso com a população? Desleixo ou falta de zelo com a coisa pública? Irresponsabilidade ou desprezo com o sofrimento causado pela pandemia?”

DESPEJO ZERO

Com apoio de Leila, foi derrubado o veto presidencial ao projeto Despejo Zero. A proposta garantiu que as ações de despejo e desocupações de imóveis fossem proibidas até o fim de 2021. A determinação valeu para contratos de imóveis residenciais de até R\$ 600 e até R\$ 1.200 em locações não residenciais.



Mídia Ninja

“É dever do Estado dar amparo às famílias mais vulneráveis, sobretudo neste momento de incertezas e dificuldades geradas pela pandemia. A proposta de lei visa dar um respaldo jurídico para evitar que mais pessoas fiquem desamparadas vivendo nas ruas.”

EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE

Os metroviários do DF ficaram seis meses em greve. Foram 187 dias de paralisação, a maior da história dos funcionários do Metrô-DF. O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região considerou que a paralisação foi legal, mas determinou seu encerramento. A senadora Leila lamentou que, durante este período, o GDF não tenha mediado entendimento entre as partes. Durante todo o período em que os trabalhadores estiveram parados, a senadora questionou o governo sobre o problema, destacando o tempo de espera nas plataformas e a ineficiência do sistema. Leila também não deixou de lembrar os vagões lotados e a insegurança sanitária neste momento de pandemia. Destacou que faltou vontade política para resolver a questão e ressaltou o interesse do governo pela privatização do Metrô-DF.

“Quanto tempo mais o brasileiro terá que esperar para poder se locomover com tranquilidade? Pelo preço das passagens, os usuários merecem um transporte público eficiente e seguro.”

POVO FALA

Simone Falk Sell

Senadora, tenho acompanhado o teu trabalho e gostaria de dizer que fico muito feliz pelo que vejo. Parabéns pela tua (nossa) luta pelo esporte e pelas mulheres. Minha filha de oito anos sonha com uma medalha olímpica. Investir em esporte é investir em sonhos. Como mulher e como mãe, gostaria de dizer: muito obrigada! Que Deus abençoe teu trabalho. PS: sou sua fã desde os tempos do vôlei. Você é maravilhosa! Abraço!

Senadora Leila

Olá, querida Simone! Obrigada pela sua mensagem. Fico contente em saber que você tem acompanhado as ações do nosso mandato. A pauta feminina e o esporte são prioridades do meu trabalho aqui no Senado. Aproveito a oportunidade para reafirmar meu compromisso em lutar pelo fim da violência contra as mulheres e batalhar pelo esporte do nosso país. O esporte inspira e transforma vidas! Agradeço por você compartilhar conosco o sonho da sua filha. São por essas crianças e jovens que busco me empenhar cada vez mais. Um grande abraço em você e toda sua família.

Emmanuel Lucas

Boa noite, nobre Senadora.

Me chamo Emmanuel Lucas, tenho 17 anos e sou do interior de Minas Gerais.

Gostaria, primeiramente, de cumprimentar Vossa Excelência por este mecanismo de comunicação que sua assessoria criou. É uma ferramenta importante para que nós, eleitores, possamos interagir com nossos eminentes representantes.

Também quero parabenizar Vossa Excelência pelo mandato impecável que vem construindo no Senado Federal, trabalhando e conquistando a admiração não só dos brasilienses, mas de todos os brasileiros.

Confesso que não tinha muito conhecimento sobre Vossa Excelência, mas, com o protagonismo evidente da senhora na CPI da Pandemia, me dispus a aprofundar meus conhecimentos sobre a senhora. Quero aqui destacar que tudo aquilo que encontrei em suas redes e nos veículos de comunicação só fazem com que a minha admiração e torcida por Vossa Excelência aumentem!

Gostaria de agradecer-lhe o incansável trabalho em prol do nosso amado Brasil e desejar-lhe muita sabedoria e luz para que continue a exercer o seu mandato com a mais alta qualidade!

Desejo-lhe uma noite tranquila e um excelente final de semana. Abraços, nobre Senadora.



Senadora Leila

Emmanuel, que alegria em receber sua mensagem. Confesso que fiquei emocionada. Quero agradecer de todo o coração seu carinho e *feedback*. Receber o seu apoio me enche de motivação para enfrentar esta missão. Fico mais feliz ainda em ver um jovem de apenas 17 anos interessado por política, preocupado com o que acontece aqui no Congresso, ambiente onde discutimos temas tão importantes que impactam no seu futuro e do nosso país. Muito obrigada pelas palavras de incentivo. Que Deus abençoe sua vida, jovem. Quero um dia ter a oportunidade de conhecê-lo.

Joana Jeker

Querida Senadora Leila Barros, eu gostaria de agradecer 🙏🙏🙏 imensamente o seu apoio e da Procuradoria Especial da Mulher no Senado – ProMul para conquistarmos ontem uma grande vitória para a causa do câncer, que vai beneficiar gerações e gerações de mulheres, de Marias (como a minha mãezinha), mães, filhas, irmãs, acometidas pelo câncer de mama: a incorporação, no SUS, dos inibidores de CDK, um tratamento inovador que vai amenizar o sofrimento de mulheres com câncer de mama avançado e metastático. 🙏🙏

Eu estou tão feliz!! 😊

Eu queria muito te agradecer, Senadora Leila. Acredito que tenha sido muito especial para Vossa Excelência, como foi para mim, receber a notícia de ter contribuído para amenizar a dor e para dar mais qualidade de vida a essas mulheres.

Meu grande e afetuoso abraço e meu agradecimento a Vossa Excelência e à Isis por essa grande vitória para as mulheres brasileiras.



Senadora Leila

Joana, agradeço o seu reconhecimento! Saiba que todos os dias, quando levanto para trabalhar, saio de casa determinada em doar o meu melhor a esta missão que me foi confiada. Estou como senadora nesta caminhada e muito consciente de que tudo que tenho feito durante o meu mandato ficará como legado para o meu país e para minha cidade. Eu acredito em um mundo melhor e vou contribuir ao máximo para tornar isso possível! Pretendo honrar meu mandato até o final com muito trabalho. A decisão da Conitec de incorporar os inibidores de CDK na lista de medicamentos fornecidos pelo SUS é uma vitória que foi construída a várias mãos. Fiquei honrada por ter colaborado neste processo que irá beneficiar milhares de pessoas em tratamento contra o câncer de mama. Parabeno você, a Recomeçar, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e outras entidades por esta importante conquista.

Marcus Aviz – Médico Anestesiologista

Foi uma honra receber a sua visita no nosso Hospital de Base do DF, senadora @leiladovolei. Mas o melhor foi ver de perto o seu engajamento em abraçar esta campanha do Outubro Rosa e tudo isso com simplicidade e emoção ❤️❤️❤️

Senadora Leila

Doutor Marcus, saiba que é uma honra para mim poder contribuir com uma causa tão séria e importante. Tenho total admiração pelo trabalho realizado pela Rede Feminina de Combate ao Câncer e pelos profissionais que, assim como você, dedicam suas vidas para cuidar de mulheres que sofrem com o câncer de mama. Só quem já sofreu com esta doença ou quem tem alguém próximo que enfrenta esta batalha sabe como é difícil esta luta. Por isso a atuação de vocês é tão importante. Fico emocionada com o trabalho que vocês desenvolvem na vida dessas pacientes! Um atendimento de qualidade pode transformar uma vida! Meu respeito a cada profissional que atua nesta causa. Esta pauta tem meu total apoio e sempre será assim! Estamos juntos nesta caminhada. Conte comigo!

Lucila Maria Guimarães da Silva

Imensa admiração pela @leiladovolei! Sua luta pelas pautas de direitos humanos, direitos sociais e esporte enaltece a bancada feminina do Senado Federal! Parabéns sempre!

❤️ Gratidão à ilustre Senadora Leila!

Senadora Leila

Oi, Lucila! Foi gratificante ler sua mensagem! Agradeço o apoio! As pautas que você citou sempre serão prioridades do meu mandato, pode ter certeza. Sou a primeira mulher eleita senadora aqui no DF e quero honrar a confiança de todos os meus eleitores. A maneira que tenho de fazer isso é com muita determinação e trabalho. Eu acredito muito que podemos ajudar a melhorar esse mundo através da política. É esse o legado que quero deixar! Estou aqui para isso, faz parte da minha missão. Saber que existem pessoas que acreditam no meu projeto faz muito diferença. Um grande abraço! Continue acompanhando as ações.

TESTE SEUS CONHECIMENTOS

O QUE VOCÊ SABE
SOBRE O MANDATO DA
LEILA DO VÔLEI?



1) Qual foi o primeiro projeto de lei da senadora Leila a virar lei?

- (a) Lei do Stalking
- (b) Lei que estabelece normas mais rígidas para o controle de barragens
- (c) Lei que aumenta para 5 anos o prazo de banimento para torcidas violentas

2) Quanto Leila economizou em 3 anos de mandato?

- (a) R\$ 835.550,20
- (b) R\$ 1.130.975,80
- (c) R\$ 1.150.699,16

3) Leila recebeu o Prêmio Congresso em Foco 2021. Em qual categoria ela foi premiada?

- (a) Mulheres na Política
- (b) Destaque do Ano
- (c) Melhores do Senado

4) Em qual ala do Senado Federal fica localizado o gabinete da senadora?

- (a) Ala Teotônio Vilela
- (b) Ala Afonso Arinos
- (c) Ala Nilo Coelho

5) Qual ação marcou o primeiro dia de mandato da senadora Leila?

- (a) Revelou o voto para a Presidência do Senado
- (b) Defendeu as mulheres durante a sessão
- (c) Fez discurso emocionado em defesa do esporte

6) Quantos projetos de lei foram apresentados pela senadora em 3 anos de mandato?

- (a) 92
- (b) 98
- (c) 32

7) Ao final do terceiro ano de mandato, a senadora do DF já contribuiu com proposições importantes para o país. Quantas leis tiveram atuação direta da senadora Leila?

- (a) 8 leis: 4 como autora e 4 como relatora
- (b) 11 leis: 3 como autora e 8 como relatora
- (c) 8 leis: 2 como autora e 6 como relatora

8) Tendo como prioridade do mandato a defesa das mulheres, qual o cargo que ela ocupa atualmente?

- (a) Membro Titular da Comissão dos Direitos da Mulher.
- (b) Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher
- (c) Procuradora Especial da Mulher no Senado

9) Quanto Leila investiu em emendas na educação do Distrito Federal?

- (a) R\$ 16.702.174
- (b) R\$ 43.900.951
- (c) R\$ 31.129.910

10) Leila faz parte de quantas comissões?

- (a) Ela é suplente em 4 e membro titular em 1
- (b) Ela é suplente em 2 e membro titular em 3
- (c) Ela é suplente em 2 e membro titular em 2



Roque de Sá/Agência Senado

Errou todas as perguntas: Não pode falar mal do mandato

Você nunca procurou saber sobre o trabalho da Leila no Senado Federal. Se você não acompanha, não sabe nada que ela fez. Ela atualiza frequentemente o Facebook, Instagram, site, Twitter e ainda dispara notícias em uma lista de transmissão do WhatsApp. Convidamos você a buscar mais informações em alguns dos canais e ver o tanto de coisas legais que ela tem feito.

Acertou menos de 4 perguntas: Pode melhorar

Você está por dentro do trabalho da Leila, mas não tem acompanhado tanto. É possível aprimorar os seus conhecimentos. Não deixe de ficar de olho nas ações do mandato.

Acertou mais de 5 perguntas: Está no caminho certo.

Você gosta de acompanhar de perto os trabalhos. Sabe bastante sobre o mandato. Um verdadeiro seguidor da Leila.

Acertou todas as perguntas: Uau!

Você gosta mesmo da Leila e do trabalho que está sendo realizado. Você é um eleitor informado e consciente sobre a importância de acompanhar as atividades dos parlamentares. Um verdadeiro especialista no que se refere às ações deste mandato.

Gabário: (1) B 2) C (3) C (4) A (5) A (6) A (7) B (8) C (9) B (10) C

f t i LEILADOVOLEI
LEILADOVOLEI.COM.BR



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Receba novidades no seu celular pelo WhatsApp da Leila do Vôlei. Basta enviar nome e cidade para 61 9819-3888 e salvar o contato.